



SÃO PAULO

ICONOGRAFIAS

TRANSITÓRIAS

VIVIAN CASTRO

CONOGRAFIAS
RAFIAS TRA
TRANSITÓRIAS
AS SÃO PAULO
CONOGRA-
FIAS TRANSI-
TÓRIAS SÃO























EDIFÍCIO
RUA FLORIANO PEIXOTO S/N
ABANDONADO HÁ 8 ANOS
PROPRIETÁRIO: BANCO CAIXA ECONOMICA FEDERAL
REINTEGRADA
OCUPADA DESDE ABRIL ATÉ AGOSTO DE 2014
MOVIMENTO: LPM (LUTA POPULAR POR MORADIA)









VIVIAN CASTRO VILLARROEL
SÃO PAULO ICONOGRAFIAS TRANSITÓRIAS

Colaboração de
Wolfgang Lenk
Maximiliano Menz

Projeto fotográfico apresentado ao Programa de pós-graduação em
Meios e Processos Audiovisuais na linha de pesquisa Poéticas
e Técnicas da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de
São Paulo sob orientação do Prof. Dr. Atílio Avancini.

São Paulo
2016





Para meus pais Leopoldo e Hilda, por tudo.
Para Max.





ICONOGRAFIAS TRANSITÓRIAS

Vivian Castro Villarroel

Como conceituar o fotográfico hoje em dia? Esta pergunta teve especial ressonância na produção deste livro, parte de minha pesquisa de mestrado em artes na Universidade de São Paulo. Os avanços tecnológicos digitais, a massificação da ferramenta fotográfica, a saturação de imagens espalhadas pela rede e o descrédito de uma prática chamada de fotografia documental contribuem a pensar o que seria fazer fotografia hoje e de que maneira. A experiência prática de tentar responder como fotógrafa, ou melhor, de me relacionar com estas perguntas no contexto da cidade de São Paulo, particularmente em 2014, me demandou novas exigências.

No meu trabalho como artista fotógrafa no Chile sempre considerei a fotografia como uma imagem construída que se referia à realidade. A montagem, a cenografia e as personagens foram algumas das estratégias de produção de imagens fotográficas. Por sua vez, em meus últimos projetos me aproximei ao tema da cidade, particularmente às dinâmicas que se estabelecem nos centros antigos. Esse foi um dos fios condutores do trabalho realizado em Montevidéu, *Fuera del Tiempo*, cidade onde morei nos últimos 6 anos. A experiência de viajar, o deslocamento, foi determinante no meu interesse pela cidade. Ser estrangeira exige uma apropriação do espaço que habito e uma necessidade de tentar entender sua organização urbana e social, suas dinâmicas quotidianas e seus sinais gráficos visíveis.

Embora a experiência de Montevidéu contraste com a visualidade da cidade de Santiago de Chile, e mais ainda com São Paulo, as dinâmicas estabelecidas nos centros antigos apresentam



algumas semelhanças. Primeiramente, são lugares de contrastes: monumentos e pixações, bancos e mendigos, prédios coloniais, neoclássicos e modernos, funcionários públicos e desempregados. Além disso, são espaços de transição, com uma dinâmica temporal cíclica, em que as multidões da jornada do trabalho dão lugar aos vazios da madrugada, e em que tudo parece ser destruído e construído ao mesmo tempo.

Cheguei para morar na cidade e desenvolver um projeto de mestrado em 2014 no coração do centro antigo, do lado da Praça República. Foi aí que surgiu mais claramente a pergunta: como documentar fotograficamente o centro da cidade de São Paulo na atualidade? Nas caminhadas pelo centro visitando os lugares históricos da cidade, reparei como nessa paisagem urbana histórica tinha algo que transbordava a sua visualidade nas marcas e bandeiras dos prédios ocupados por diversos movimentos sociais. Deste modo, o contraste visual das ocupações atraiu minha atenção para os contrastes sociais da cidade e suscitaram uma questão que me pareceu chave: como representar alguns conflitos que ocorrem no centro da cidade?

A fotografia documental engajada, com suas pretensões realistas e sociais, talvez seja o melhor meio de narrar este momento histórico. No entanto, parte do debate estético atual tem apontado para a ingenuidade da fotografia realista tradicional em acreditar que só as imagens, sem considerar a dependência das instituições, podem mudar alguma coisa¹.

Tendo em vista esses problemas e considerando que a minha experiência com a fotografia sempre passou pela ideia de

montagem, resolvi elaborar a seguinte estratégia: mediante intervenções gráficas sobre as fotografias, busquei articular visualmente a linguagem fotográfica com as transformações urbanas, ou seja, lançar mão de uma criação pensada conjuntamente às mudanças urbanas que vem sofrendo a visualidade do centro de São Paulo. Dito de outro modo, acredito que a transformação do centro antigo, o derretimento da utopia moderna e da visão cartão postal da cidade fazem parte do mesmo contexto de crise da fotografia como representação realista.

Esta ideia de trabalho, isto é, considerar a crise da modernidade como pano de fundo destes assuntos, é um tanto arriscada, mas, ao mesmo tempo, permite estabelecer uma hipótese quanto a uma relação temporal precisa entre dois processos frutos da modernização no século XIX, que hoje em dia se encontram. A deterioração da cidade e a fragilidade da referencialidade na fotografia, nos deixam a sensação contemporânea de que “tudo que é sólido desmancha no ar.”²

As ocupações, por outro lado, questionam a crise da urbanização e permitem refletir sobre o espaço urbano e o acesso aos seus serviços (moradia, transporte e demais serviços públicos) como direito do cidadão. Revelam os espaços vazios da cidade e os seus graves problemas sociais: a especulação imobiliária, os conflitos distributivos e as ligações de interesses entre o poder econômico e o poder judiciário. Simbolicamente é uma falsa ausência, porque as pessoas que habitam ali, ao não ter um endereço legal, não existem em uma das dimensões do social. Ao mesmo tempo, questionam a paisagem cartão postal e gentrificadora³ da cidade mais rica do país.



Do mesmo modo, o tipo de fotografia que proponho neste trabalho, pelo uso da montagem, pela superposição de camadas, dialoga com a crise da fotografia realista e documental. É preciso uma vontade documental, quer dizer, um compromisso, mais que uma forma ou um estilo que historicamente têm definido aquilo que entendemos por documentário. Nesse sentido, embora este projeto centre-se num tipo de imagem que privilegia o corpo urbano da cidade ao invés de seus habitantes, ele mantém uma estreita ligação com aquilo que os prédios vêm simbolizar: o direito à cidade e a memória de um espaço que materializa o colapso de uma forma de urbanização.

1 John Tagg. *El peso de la representación. Ensayos sobre fotografías e historias*. Barcelona: Gustavo Gili, 2005, p. 154.

2 Marshall Berman. *Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

3 O conceito de gentrificação refere-se a um processo de mudança social de uma área em que bairros das classes operárias são tomados pelas classes médias e altas. Para mais informação ver: Diana Helene Ramos A guerra dos lugares, FAU-USP, dissertação de mestrado 2009.







Eu creio que as imagens seguiram uma evolução comparável e paralela aquela das nossas cidades. Assim como elas, nossas cidades se superaram e continuam a fazê-lo. Como elas, nossas cidades se tornaram cada vez mais frias, cada vez mais distanciadas. Como elas, nossas cidades são cada vez mais alienadas e alienantes; como as imagens, as cidades nos constringem a viver com frequência cada vez maior “experiências de segunda mão”, e têm uma orientação cada vez mais comercial. As pessoas são obrigadas a partir para os bairros periféricos: os centros estão muito caros.

Wim Wenders, *A paisagem urbana*.





EDIFÍCIO ADRIÁTICA
AV. PRAÇA REPÚBLICA 452
REINTEGRADA
MOVIMENTO: MSTC (MOVIMENTO DOS SEM TETO DO CENTRO)







NO EDIFÍCIO AO FUNDO
(ANTIGO HOTEL LORD)
RUA DAS PALMEIRAS 82
OCUPADO DESDE 2012
MOVIMENTO: FLM (FRENTE DE LUTA PELA MORADIA)











pág. 24 - 25

EDIFÍCIO BASÍLIO JAFET

AV. IPIRANGA 879

OCUPADO DESDE OUTUBRO DE 2012

MOVIMENTO: FLM (FRENTE DE LUTA PELA MORADIA)

EDIFÍCIO

(ANTIGO HOTEL COLUMBIA PALACE)

AV. SÃO JOÃO 588

OCUPADO DESDE 2010

MOVIMENTO: FLM





EDIFÍCIO
AV. LARGO DO PAISSANDÚ ESQUINA AV. SÃO JOÃO
OCUPADO
MOVIMENTO: LMD (FRENTE DE LUTA PELA MORADIA)







VISTA AO RIO TAMANDUATEÍ
DESDE AV. MERCÚRIO







Diário de campo.



ANOTAÇÕES DE CAMPO

Vivian Castro Villarroel

Primeiros rascunhos

Antes de viajar alguém me falou que em 2014 teria a oportunidade de conhecer o melhor e o pior de Brasil. A Copa do Mundo, sobre a qual havia muita expectativa no assim chamado “país do futebol”, vinha provocando diversas críticas e manifestações pelos gastos excessivos e injustificados em estádios, pela expulsão de moradores e pelo incremento da violência policial. No final do ano ocorreriam eleições presidenciais com um panorama político complexo, pelo evidente mal estar social que tinha se manifestado em junho de 2013. Parte desse mal estar, estava fortemente relacionado com os problemas urbanos das grandes cidades e a contraposição entre o discurso ufanista do ‘Brasil Grande’ e a experiência cotidiana das pessoas nos apertados dos ônibus, dos metros e dos orçamentos do dia-a-dia.

Por coincidência acabei indo morar no centro de São Paulo, uma das zonas da cidade em que esses contrastes eram mais claros na convivência dos preparativos para o Mundial com as ocupações urbanas. Além disso, é um espaço onde confluem as narrativas arquitetônicas sobre o passado e o futuro da cidade, onde o moderno dos arranha céus encontra-se com o ‘estilo colonial’ inventado dos seus prédios históricos.

Parti então dos lugares históricos da cidade de São Paulo, como o Pátio do Colégio, Largo São Bento, Praça da Sé, Praça do Correio, Viaduto do Chá e Praça da República. Estes percursos não tinham itinerário marcado e me interessavam por dois motivos: uma espécie de “memória inventada” para gerar sentido e identidade, um relato histórico elaborado para dar conta do crescimento



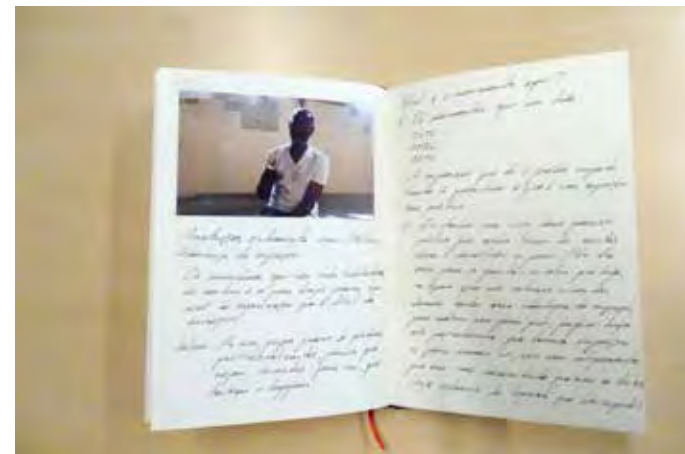
desmesurado da cidade a partir do século XIX e como nessa paisagem urbana histórica tinha algo que transbordava a sua visualidade nas marcas e bandeiras dos prédios ocupados por diversos movimentos sociais.

Exemplo disto foi uma fotografia que registrei do núcleo simbólico e fundacional da cidade: o Pátio do Colégio, uma construção jesuítica que data do século XVI, mas que na segunda metade do século XVIII foi também Palácio de Governo, e logo totalmente reconstruída na segunda metade do século XX, para as celebrações do IV Centenário da cidade. Curioso é pensar¹ que essa recriação do passado por meio da reconstrução do Pátio do Colégio tal como foi no seus inícios, essa “volta ao origem”, foi um mito imagético fundacional porque o modelo foi uma imagem nostálgica do passado em meio às fortes transformações urbanas dos anos 50. Um lugar simbólico que se contrapõe a todo o resto para dizer “começo aqui”.

Perto deste monumento histórico se encontrava uma das ocupações pelas quais me interessei: um edifício pertencente ao Banco Caixa Econômica Federal abandonado há 8 anos e ocupado desde abril de 2014 pelo movimento Luta Popular por Moradia. Em um plano mais próximo foi possível ver também um fragmento do restauro da fachada da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Analisar em uma imagem estas diversas camadas de significado foi uma das primeiras estratégias que utilizei para depois intervir visualmente nas fotografias².



Diário de campo.



Diário de campo, entrevista com Nelson ocupação Mauá.



As escolhas

Os meses de junho e julho de 2014 foram chaves para definir os lugares a fotografar e as visualidades que foram tomando importância no projeto: as grafias urbanas como forma de denúncia. Particularmente, chamou-me a atenção a pixação como forma de escrita e denúncia paulistana, uma escrita que, igual a um código, só pode entender aqueles que conhecem sua linguagem, demarcando diversos territórios urbanos. Embora a pixação já tenha ingressado e circulado em território artístico (por exemplo, a 28ª e 29ª Bienal de São Paulo) ainda mantém seu poder de denúncia na rua. Basta mencionar a morte, ainda não totalmente esclarecida, de dois pixadores pela Polícia Militar em 2014 quando tentavam pixar um prédio no bairro da Moóca.

Ao caminhar diariamente pelo centro da cidade foi possível evidenciar também as transformações dos prédios, que foram se transformando nos protagonistas deste trabalho. No final de julho a fachada da ocupação da Av. Ipiranga sofreu mudança, foi pintada de vermelho cobrindo as pixações que estavam no lugar. Este fato, além do registro do espaço, significou também uma marca da passagem do tempo.

Outro passeio preferido foi o 'Minhocão', particularmente no domingo em que está fechado para os carros, pois é um lugar estratégico na cidade. O 'Minhocão', ou Elevado presidente Costa e Silva, é um viaduto de quase três quilômetros que permite a ligação entre as zonas leste-oeste da cidade, apresentando visivelmente alguns dos problemas sociais e políticos da cidade. O viaduto foi construído em 1972 destruindo grande parte da área urbana

central, recebeu o nome do segundo presidente da ditadura militar (1964-1985) e marcou claramente a opção pelo carro no planejamento da cidade. Tem-se discutido alguns planos para transformá-lo num parque, embora tal decisão, caso não tenha uma adequada regulação por parte do Estado, poderá causar um violento processo de gentrificação em toda essa área.

Nas caminhadas pelo centro registrei 18 das mais de 40 ocupações urbanas do centro antigo. Cada uma delas interessava-me por diferentes questões, seja pela localização geográfica, seja pela arquitetura do edifício, ou pelas marcas visíveis desde fora. Tudo isso permitia uma leitura de como esse espaço fica capturado numa ideia do poder, do pensamento e da economia que o viabilizou³.

Foram seis ocupações que consegui acompanhar mais de perto. A primeira delas é a ocupação na Rua Floriano Peixoto, perto do Pátio do Colégio. A segunda é a ocupação do prédio na Rua Conselheiro Nébias, que além de estar totalmente marcado por pixações, tinha sinais de ter sido reintegrado e reocupado. A terceira é a ocupação da Av. Rio Branco, o prédio foi construído nos anos 60 com uma arquitetura moderna de vanguarda e atualmente encontra-se num total estado de deterioração, uma ruína modernista⁴. Quer dizer, o fracasso de um projeto arquitetônico moderno que não sobreviveu ao crescimento da cidade, mas também uma metáfora para trabalhar o esgotamento da utopia moderna. O quarto prédio localiza-se na Av. Ipiranga, na tentativa de acompanhar pontualmente as mudanças visuais na sua fachada. O quinto prédio é a ocupação na frente da Prefeitura, uma pressão política direta sobre o poder municipal. E por último a ocupação na Rua Mauá, que tem um histórico bem



sucedido e se apresenta como modelo de funcionamento das ocupações. Consegui entrar em duas delas: a ocupação na Rua Conselheiro Nébias e a ocupação na Rua Mauá.

Um olhar de dentro

Em julho entrei numa ocupação na Rua Pamplona, perto da Avenida Paulista, para assistir a palestra da urbanista Raquel Rolnik. Foi depois de assistir a esta palestra que surgiu o interesse em visitar as ocupações em seu interior, retratando os espaços e também as grafias utilizadas para organizar o lugar.

Entrar nas ocupações foi uma dimensão diferente do projeto fotográfico inicial e um desafio para mim como fotógrafa. Queria trabalhar com as marcas destes edifícios desde o interior e registrar as tensões que sucedem tanto “fora” como “dentro”. Este fora-dentro implicou passar de uma aproximação de rua, de *flâneur*, a uma confrontação com aquilo que se converteu em meu objeto de estudo. Entendi desde o começo as limitações da minha tarefa: estrangeira há pouco no país, estudante de arte, não militante.

Explicar aos advogados ou lideranças de movimentos de moradia a pertinência ou importância deste trabalho (a partir de um contexto artístico) foi difícil. Ao menos, o fato de me apresentar como estudante da USP me colocou num quadro institucional supostamente “neutro” para avaliar a pesquisa como memória visual de um momento político crítico no Brasil.

Essas questões me foram colocadas quando entrei em contato com as organizações que dão suporte aos movimentos de moradia e com os próprios militantes. Meu contato foi Benedito Barbosa,

mais conhecido por “Dito”, advogado dos movimentos sociais que foi me passando as indicações das lideranças de diversas ocupações. Foi por aí que cheguei aos moradores da Vila Guilherme, que se mostraram interessados no projeto e me convidaram a conhecer o lugar onde moram. Embora minha pesquisa estivesse centrada em ocupações verticais do centro, foi uma oportunidade conhecer uma ocupação que funciona há mais de 10 anos.

Vila Guilherme é uma ocupação na antiga fábrica de filtros Salus, na zona norte da cidade. No dia da visita, um domingo depois do almoço, fui recebida por Solange e Marialva moradoras do Bairro. Esta primeira visita a uma ocupação foi pouco planejada. Estando no terreno senti que queria incomodar o menos possível e fiquei um pouco nervosa pela atenção da comunidade que gerou minha presença e a câmera. Também não consegui acompanhar completamente o relato que Solange fez sobre a história da ocupação. Sabia que as possibilidades de voltar a fazer o registro eram mínimas e aproveitei para realizar algumas fotos, me concentrando nas marcas estruturais do que havia sido a fábrica de filtros.

Pela mesma via cheguei à ocupação no Parque Vila Maria, um bairro localizado na zona nordeste da cidade. Fabiana, que era uma das lideranças da ocupação, foi me encontrar no ponto de ônibus e fizemos um percurso por todo o espaço da ocupação. O terreno da Vila Maria, de 50 mil m², foi ocupado em outubro de 2013, depois de estar abandonado há mais de 20 anos. O terreno onde agora moram 2.500 famílias pertence a um grupo de empresas que tem uma dívida de 450 milhões de reais à Fazenda Nacional. Olhando



o endereço no *google maps* tive a impressão que o lugar era mais longe, mas uma hora e meia de ônibus é uma viagem “normal” em São Paulo.

Embora este imenso terreno estivesse relativamente há pouco tempo ocupado, os avanços das construções das casas, dos negócios de alimentos, de televisores, lavadoras, era impressionante. Toda uma comunidade construída em um ano de ocupação, até uma igreja. No final da visita fui convidada a tomar um chá e conversar na casa de uma vizinha da Fabiana. O detalhe importante é que no momento da visita os moradores haviam recebido o primeiro aviso de despejo.

No final de outubro entrei na ocupação da Rua Mauá 340 a partir do contato com o Nelson, liderança da ocupação. O prédio, o antigo Hotel Santos Dumont, estava abandonado há 17 anos e se encontra ocupado por 237 famílias desde 2007. No dia da visita Nelson me recebeu na entrada do prédio e teve uma fala sobre sua postura crítica frente aos fins das ocupações.

Ele falou da dificuldade da militância nos movimentos sociais por moradia, já que grande parte das pessoas permanecem só até conseguir um lugar, esquecendo que os fins da luta são também o resgate da cidadania. Também falou do difícil que é manter a organização de todos os moradores da ocupação e da presença do tráfico de drogas, mostrando-se preocupado frente à multiplicação de ocupações no centro e dos seus fins ambíguos nas suas relações com os poderes econômicos e políticos.

Depois da conversa, ele fez um percurso pelo prédio, permitindo-me fotografar os diferentes espaços. O ambiente era muito



Diário de campo, fotografias Vila Guilherme.



Diário de campo, fotografias Vila Maria.



acolhedor e as pessoas se mostravam amáveis e dispostas ao registro fotográfico. Meu olhar esteve centrado nos fragmentos: primeiros planos de escritos sobre as paredes, detalhes de pequenos negócios, corredores, montanhas de bicicletas. Também fotografei muitas janelas, zona limite do fora-dentro, do público-privado, um marco que delimita o olhar para a paisagem urbana.

Destaco o único trabalho de retrato realizado junto ao Nelson, já que a maioria das imagens carece de pessoas, embora seja possível ver algumas caminhando desprevenidas. Minha aproximação a uma fotografia de rua foi sempre a partir desse momento em particular onde “nada acontece”. Ou melhor, onde não sucede mais que acontecimentos cotidianos, rotineiros, em espaços que vemos diariamente: o centro da cidade, as praças, as ruas. Decidi deixar o retrato do Nelson porque creio mostrar uma dimensão do trabalho que implicou um relacionamento, uma troca com as pessoas que habitam esses lugares, embora a imagem final refira-se ao espaço mesmo e a seus signos.

No final de novembro visitei a ocupação da Rua Conselheiro Nébias, um prédio abandonado há 10 anos. O ambiente desta ocupação foi mais tenso e a visita foi rápida, tirei poucas fotos. Este prédio foi um dos primeiros a me instigar pelo fato de estar totalmente coberto de pichações, e com sinais de ter sido reintegrado e ocupado de novo. O fato de estar perto da zona conhecida como a “Cracolândia”, área do tráfico e viciados do crack, contribui a gerar ao redor dele um clima de tensão. A Lili, uma das lideranças da ocupação, me recebeu em seu apartamento e com entusiasmo contou-me a história do prédio. Interessante foi

descobrir que a Lili também é fotógrafa e tem um projeto sobre as transformações do prédio onde mora. Falamos bastante sobre como manter a ética desse tipo de trabalho e se era possível uma distância estando ela lá dentro. “A visão do intelectual é uma e a do militante atuante é outra. Sou jornalista que ocupa e vendo minhas fotografias para fora. Eu vivo em uma ocupação e me torno militante”⁵.

Em síntese o trabalho fotográfico e a experiência nas ocupações suscitaram-me questões de fundo político, ainda que eu não tenha um engajamento em qualquer movimento social. Antes de mais nada, fizeram emergir a pergunta pelo espaço público: as ocupações do centro antigo são edifícios abandonados há pelo menos 5 anos, sendo a maior parte antigos hotéis. Apesar da Constituição de 1988, que consagrou o caráter social da propriedade, do Estatuto da Cidade de 2001 e da aplicação de Planos Diretores municipais, que permitem penalizar os proprietários de prédios abandonados, os poderes públicos brasileiros continuam favorecendo a especulação urbana ⁶.

Ocupar um espaço público quer seja nas ruas, nas praças ou edifícios é uma ação política em si mesma. Uma recuperação do espaço público, pelo menos de maneira transitória. Assim entendo também as pichações. Do mesmo modo, retratá-las não deixa de ser uma ação política, ainda que delimitada pelo campo da arte. Depois de meio ano pesquisando e desenvolvendo este trabalho, entendi que o tipo de imagem que conseguia criar estava diretamente relacionada com o compromisso, sempre no limite da obra.

Trocando em miúdos, qual seria o tipo de imagem mais apropriado, quais decisões técnicas, quais formatos e suportes, para



este trabalho? A primeira experimentação plástica foi construir uma imagem que se dá a ler por meio de diversas interferências gráficas na paisagem urbana, mas a aproximação devia ser também documental, além de estética. Neste sentido, foi tomando importância o realce da função discursiva e contextual das imagens, onde a relação imagem-texto foi fundamental. O texto se apresenta como uma forma de complementar a imagem, afastando-a de uma função meramente exibicionista. Procurei explicitar o contexto destas fotografias, tanto de sua produção como o que elas, segundo minha visão, vem a dizer e simbolizar. “Podemos falar de uma mensagem como uma encarnação de uma tese”⁷.

- 1 Solange Ferraz de Lima. *Pátio do Colégio, Largo do Palácio*. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 6/7, 1999, p.78.
- 2 Aqui foi importante me encontrar com o texto de Beatriz Jaguaribe: “A leitura da cidade situa-se a meio caminho entre uma possibilidade inventiva de reinterpretar os emblemas do passado e uma decodificação da cidade do presente enquanto enigma por ser desvendado.” Beatriz Jaguaribe. *Os passos perdidos: Cidade e Mito*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 23, 1994, p. 249.
- 3 Juan Castillo. *Ritos de paso. Obra Abierta 2013-2015*. Catálogo del proyecto.
- 4 Beatriz Jaguaribe. *Ruínas modernistas*. Revista Lugar Comum Nº 1, 1994, pp. 99-115. Segundo Jaguaribe: “A imagem central que evoco para capturar a relação paradoxal do moderno com a história, está contida na montagem do conceito de ruína modernista. A visão das ruínas modernistas tais como o prédio do MEC ou o campus da UFRJ no Fundão revelam, nos seus destroços materiais, não só a perecibilidade arquitetônica como também a evanescência de um projeto nacional feito nos parâmetros totalizantes do panteão modernista.”
- 5 Lili. Entrevista com a autora. São Paulo. 30/10/2014.
- 6 João Sette Whitaker Ferreira. *Solução automática*. Folha de São Paulo. Setembro de 2014.
- 7 Allan Sekula. *On the invention of photography meaning*. IN: GOLDBERG, Vicki (org.). *Photography in Print*. New York: Simon and Schuster, 1981, p. 453.



EDIFÍCIO
(ANTIGO HOTEL SANTOS DUMONT)
RUA MAUÁ 340
ABANDONADO HÁ 17 ANOS
PROPRIETÁRIO: LEON SNIFER
OCUPADO DESDE 2007
MOVIMENTOS:
MTSC (MOVIMENTO DOS SEM TETO DO CENTRO)
MMRC (MOVIMENTO DE MORADIA DA REGIÃO CENTRAL)
ASTC (ASSOCIAÇÃO SEM-TETO DO CENTRO)













pág. 42 - 43 - 44 - 45
INTERIOR OCUPAÇÃO MAUÁ

INTERIOR EDIFÍCIO
RUA PAMPLONA 937
OCUPADO DESDE JUNHO ATÉ AGOSTO DE 2014
MOVIMENTO: MMRC





EDIFÍCIO

(NUNCA INAUGURADO HOTEL AQUARIUS)

AV. SÃO JOÃO 601

ABANDONADO HÁ 20 ANOS

REINTEGRADO

OCUPADO DESDE FEVEREIRO ATÉ SETEMBRO DE 2014

MOVIMENTOS:

FLM (FRENTE DE LUTA PELA MORADIA)

MSTRU (MOVIMENTO SEM TETO PELA REFORMA URBANA)

MSTC (MOVIMENTO SEM-TETO DO CENTRO)





EDIFÍCIO OTHON PALACE
(ANTIGO HOTEL OTHON PALACE)
RUA LÍBERO BADARÓ 190
ABANDONADO HÁ 6 ANOS
REINTEGRADO
OCUPADO DESDE JUNHO DE 2014 ATÉ DE DEZEMBRO DO MESMO ANO
MOVIMENTO: MLMD (MOVIMENTO DE LUTA PELA MORADIA DIGNA)











pág. 52

EDIFÍCIO AMSTERDAM

RUA 15 DE NOVEMBRO 137

REINTEGRADO

MOVIMENTO: MSTS (MOVIMENTO SEM TETO DE SÃO PAULO)

Pág. 53

FACHADA DA OCUPAÇÃO

EDIFÍCIO AMSTERDAM

EDIFÍCIO PRESTES MAIA

AVENIDA PRESTES MAIA 911

ABANDONADO HÁ CERCA DE 30 ANOS

ÚLTIMA OCUPAÇÃO DESDE 2010

MOVIMENTO: MSTC (MOVIMENTO SEM TETO DO CENTRO)

EM 2015 FOI DESTINADO A MORADIA POPULAR PELA PREFEITURA





EDIFÍCIO WILTON PAES DE ALMEIDA
RUA RIO BRANCO 28
ABANDONADO HÁ 6 ANOS
REINTEGRADO
OCUPADO DESDE JUNHO DE 2014 ATÉ DE DEZEMBRO DO MESMO ANO
MOVIMENTO: MLMD (MOVIMENTO DE LUTA PELA MORADIA DIGNA)







EDIFÍCIO SÃO LOURENÇO
(ANTIGO HOTEL)
AVENIDA IPIRANGA 908
REINTEGRADO
MOVIMENTO: FLM (FRENTE LUTA PELA MORADIA)







FACHADA DO EDIFÍCIO
OCUPAÇÃO MAUÁ
RUA MAUÁ 340











pág. 62 - 63

EDIFÍCIO

RUA LÍBERO BADARÓ 452

REINTEGRADO

OCUPADO DESDE ABRIL ATÉ OUTUBRO DE 2014

MOVIMENTO: FLM (FRENTE LUTA PELA MORADIA)





CONTAGEM REGRESSIVA

Wolfgang Lenk

A Grande São Paulo tem 20 milhões de habitantes. Ninguém sabe bem o que isso quer dizer. Se você está em pé, na janela de um ônibus, olhando as gotas da chuva no vidro e as luzes dos carros parados, então você vai pensar que, se fossem 18 milhões, o ônibus talvez estaria andando. O número mesmo não quer dizer nada. 20, 25, 30 milhões que fossem: se os ônibus não fossem tão lotados, ou se as coisas não fossem tão caras, já estaria ótimo. O interesse no número de habitantes, portanto, está nas relações que imaginamos a partir dele. Em geral, o primeiro impulso é substituir toda a complexidade implícita por um número cheio e uma certeza: 20 milhões é demais! Quanto menos houver pessoas na cidade, melhor será a minha vida individual. Assim, o número torna-se por si um fato relevante. São certezas irrefletidas como essa que transformam meros números em notícia: “133 árvores foram derrubadas na última chuva”, “9.700 pessoas faltaram na última prova do ENEM”, “número de mortos no último atentado terrorista subiu para 53”. Os mais desesperados podem até encontrar na internet um relógio populacional e ver o número aumentar, como se fosse a posição de um elevador que lentamente sobe andares rumo à catástrofe, ou até o infinito.

Essa certeza afetiva de que a cidade fica cada vez maior, e por isso cada vez pior, significa que emocionalmente creditamos nosso mal-estar aos nossos concidadãos. Assim, o inferno urbano está nos outros: seu número excessivo, sua falta de educação, sua incapacidade de manobrar automóveis (ou seja, de sair do “meu” caminho), etc. Porém, o número cheio (os “20 milhões de habitantes” em absoluto) também tem um impacto



afetivo perfeitamente oposto: a de que individualmente pertencemos a essa comunidade. Tom Zé, em “São, São Paulo”, afirma logo no primeiro verso: são 8 milhões de habitantes que “se amando com todo ódio, se odeiam com todo amor” – mesmo que nenhum deles esteja próximo de conhecer os outros 7.999.999. Na Copa do Mundo de 1970, a ditadura também cantou na primeira linha: “90 milhões em ação... Parece que todo o Brasil deu a mão”. Desta vez, quanto maior o número, melhor: maior é o ímpeto ao qual pertencemos, a energia cinética do bonde que nos leva sem freio rumo ao futuro. Quem fica parado é poste. Talvez o pertencimento imaginado a esse ímpeto coletivo seja quase suficiente para desperceber uma vida individualmente prostrada. De pé, preso no metrô lotado, você ainda está correndo a 80 quilômetros por hora.

Afinal, pertencer a uma grande cidade não é um atributo apenas imaginário. Tanto é verdade que a cidade se dá o enorme trabalho de contar e registrar cada um de seus habitantes como se fossem isso mesmo, propriedade sua. A Grande São Paulo *possui* 20 milhões de habitantes. Em caráter oficial, viver na grande cidade começa pelo porte dos documentos adequados, corretamente numerados em série: nascimento e óbitos, casamentos e divórcios, matrículas e atividades profissionais. Mais do que frequentemente, as relações entre seus moradores são estabelecidas em contratos (numerados em série) que começam por lembrar cada um dos números dos vários registros da existência individual das partes contratantes. A individualidade crua é destacada pelas impressões digitais da mão, um número de série lhe é atribuído e tira-se assim um “Registro Geral”. A cidade nasceu como cidade-Estado. 607.731 pessoas no

Brasil estão na cadeia.

A cidade conserva seus habitantes em caixas de concreto. Ela mede-se por seu estilo arquitetônico, e sempre está tentando se afirmar como uma cidade única no mundo, fora-de-série. Por isso mesmo, ela se dá apelidos: “cidade-Luz”, “cidade eterna”, “Atenas Paulista”. Dentro dela, contudo, todos os edifícios são seriados, catalogados e mais ou menos iguais. Em horários razoavelmente regulares, cada “cidadão” muda de um edifício para outro: a eficiência da divisão urbana do trabalho implica em compartimentação e isolamento em pedacinhos estanques. O edifício cuja função é oferecer abrigo para o sono confere outro atributo fundamental do indivíduo, o seu endereço. Há grades nas portas e janelas. Esse é o seu “lar”. Longe dali, para reforçar que o labirinto de blocos de concreto quadrado com janelas quadradas configura uma identidade particular, surge uma paisagem dos arranha-céus e obras monumentais. A cidade precisa de um “cartão-postal”. O cidadão, diante deles, está brutalmente reduzido à sua insignificância humana e subitamente projetado à grandeza da arquitetura: ele tem uma certidão de nascimento e um trabalho a fazer; o monumento tem nome, estilo e personalidade. O vão livre do MASP tem 74 metros de comprimento. Números à parte, todo mundo sabe que a matemática da cidade é uma só: a do dinheiro. Quanto vale hoje, e quanto vai valer amanhã? Quanto vai render, com que custo e com qual risco? O capitalismo é a obsessão de calcular o tamanho das sombras que o presente lança no futuro. A grande cidade, que amanhece trabalhando, dorme com seus valores em movimento, para cima e para baixo. Bairros, praças e edifícios lançam suas sombras sobre os demais, projeções



de valorização e desvalorização. A cidade capitalista, das imobiliárias e empreiteiras, se move no espaço ao sabor do dinheiro, levando seus habitantes, erguendo seus edifícios de concreto e deixando-os para trás. De um lado, um espetáculo vídeo-narco-porno-arquitetônico com muitas cores, muitas luzes e muito dinheiro. Do outro, dunas de concreto abandonado, silenciosamente se valorizando e desvalorizando, contando as horas até que o dinheiro volte a passar por ali. São Paulo já teve mais de um décimo dos seus imóveis desocupados.

A fotografia de Vivian Castro, contudo, mostra que o vazio urbano não é o deserto que pode parecer. Há comida nas prateleiras e roupas no varal. Sobretudo, as pichações dão voz ao concreto. Às vezes, com linguagem e alfabetos próprios, inacessíveis aos leigos, dão sinais de que entre nós há intimidades e relações invisíveis: gangues, namorados, loucos... Nos espaços ocupados por trabalhadores sem teto certamente pode-se ver abandono, mas solidão? Não parece. Os recados rabiscados viram avisos de organização, ecos de uma coletividade que se desdobra com o que consegue. Mesmo o Che Guevara na parede participa da conversa. Solitário é o cidadão de gravata, transitando entre os compartimentos da vida urbana: a espera do ônibus; o programa de televisão; a viagem diária à padaria, atravessando a rua como se fosse máquina; a vizinhança superficial e temporária, como as conversas de elevador: “será que vai chover hoje?”. No fundo, ele não quer encontrar ninguém no elevador. 20 milhões é demais. O sistema Cantareira está com 13,3% da capacidade total.

A paisagem que salta aos olhos, talvez, é a mensagem do feio

como espaço de resistência, em meio à lindeza misantrópica da cidade-espetáculo. Não a feiura-provação, intelectual e besta, da arte transgressora, mas a simples feiura da condição humana, da vida em meio ao refugio da construção civil. Não são, afinal, trabalhadores, mendigos, policiais, camelôs, todos dejetos da ordem geral? Podemos esperar outra coisa? Na matemática, as divisões impossíveis resultam em números irracionais, e cada operação deixa um novo resto de divisão impossível. No cálculo capitalista, o que sobra de irracional é o humano, evacuado sucessivamente do concreto para a rua, da rua para o concreto. Em cada operação ele é contado, medido, e o resto é descartado – como excremento, ele é finalmente alguém. Mas a cidade não pára. “Num dia de Sol, Recife acordou com a mesma fedentina do dia anterior”. O disco “Da Lama ao Caos” já vendeu 380 mil cópias, desde 1994.



EDIFÍCIO
RUA CONSELHEIRO CRISPIANO 317
REINTEGRADO
MOVIMENTO: MSTS (MOVIMENTO SEM TETO DE SÃO PAULO)







EDIFÍCIO SÃO MANUEL
AV. MARCONI 138
OCUPADO DESDE OUTUBRO DE 2012
MOVIMENTO: MMPT (MOVIMENTO MORADIA PARA TODOS)











pág. 72

FACHADA EDIFÍCIO SÃO MANUEL

AV. MARCONI 138

OCUPADO DESDE OUTUBRO DE 2012

MOVIMENTO: MMPT (MOVIMENTO MORADIA PARA TODOS)

pág. 73

EDIFÍCIO

AV. 7 DE ABRIL 129

OCUPADO

MOVIMENTOS:

UAMP (UNIÃO POR MORADIA POPULAR)

MMSP (MOVIMENTO DE MORADIA DE SÃO PAULO)

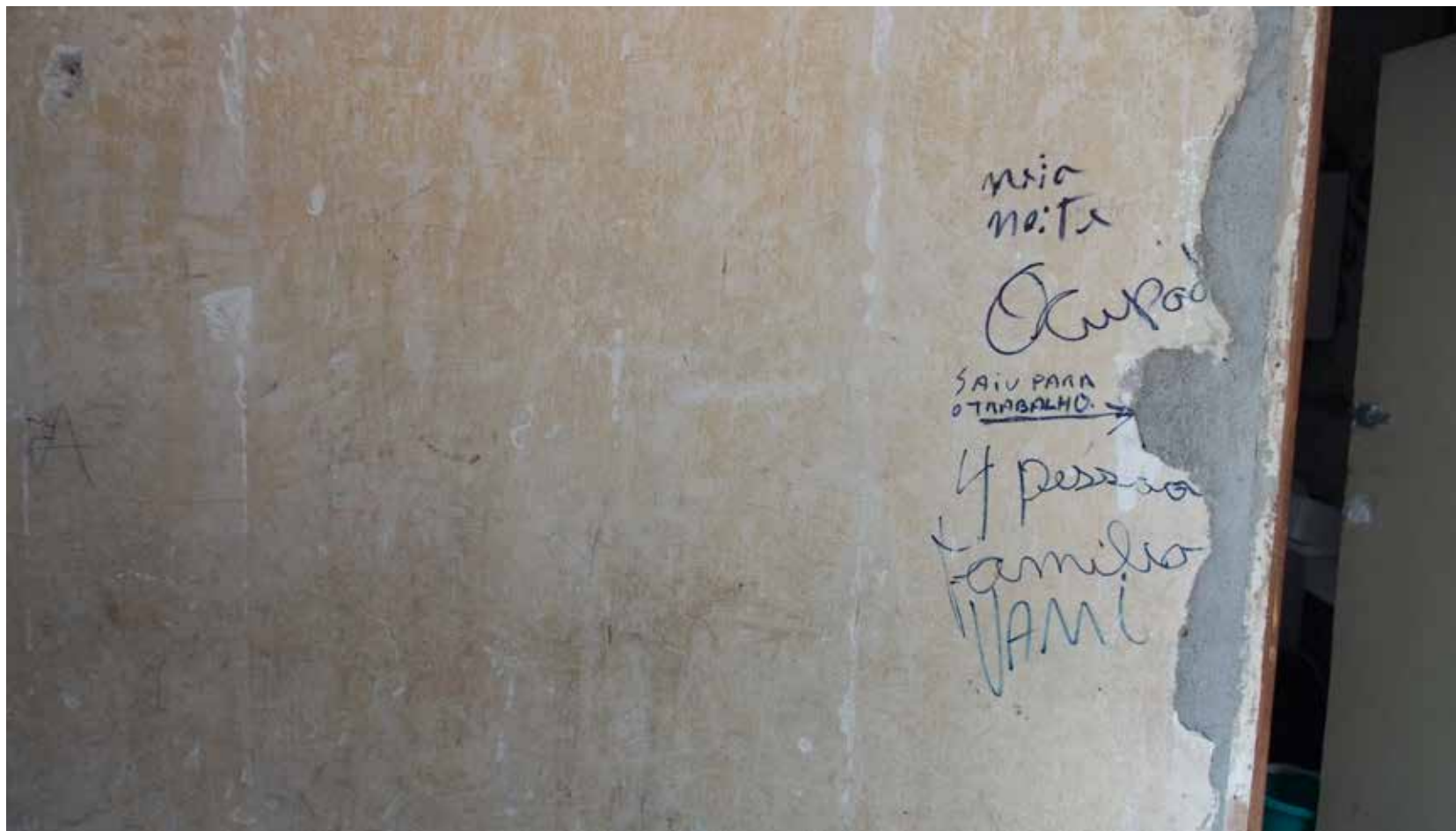
VISTA NOTURNA DA OCUPAÇÃO DA RUA LÍBERO BADARÓ 190





EDIFÍCIO PÃO DE AÇUCAR
(ANTIGO HOTEL PÃO DE AÇUCAR)
RUA CONSELHEIRO NÉBIAS 314
ABANDONADO HÁ 10 ANOS
PROPRIETÁRIO: ANTONIO AUGUSTO GUERRA
OCUPADO DESDE NOVEMBRO DE 2011 ATÉ FEVEREIRO 2012
REINTEGRADO
OCUPADO DESDE SETEMBRO 2013
EM OUTUBRO DE 2014 FOI COMPRADO PELO CDHU (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO)
MOVIMENTO: FLM (FRENTE LUTA PELA MORADIA)













pág. 78 - 79 - 80 - 81

INTERIOR OCUPAÇÃO R. CONSELHEIRO NÉBIAS





A CRISE DA “UTOPIA” MODERNA

Maximiliano Menz

“Tudo que é sólido desmancha no ar”, a frase que foi cunhada por Marx e Engels no panfleto “manifesto do partido comunista” e transformada em título do livro de Marshall Berman sobre a modernidade, poderia muito facilmente ser transformada numa definição do processo de urbanização de São Paulo. Pois como definir melhor a dinâmica de constante construção, destruição e reconstrução de certas zonas da cidade, particularmente do seu centro?¹

Ao transeunte ligeiramente atento talvez destaque-se a convivência anti-estética de ruínas de prédios modernistas/ futuristas dos anos 1960 com novíssimos condomínios em estilo (neo)clássico, como se a arquitetura desta cidade fosse uma das manifestações mais palpáveis de uma sociedade cansada de se projetar no futuro, restando apenas reconstruir ideais estéticos do passados para transparecer uma linhagem respeitável aos novos ricos do presente. Também poderá notar o traçado das grandes avenidas e praças da primeira metade do século XX, desfigurado pelo viaduto do minhocão, pelos terminais de ônibus e pela invasão de pessoas que parecem estar deslocadas da paisagem belle-epoque que surge sob os diversos estratos de uma urbanização perdida.

A cidade, contudo, não se perdeu, estava como que condenada desde o início. A leitura de um dos clássicos sobre a industrialização de São Paulo, o livro de Sérgio Silva, revela como o vazamento do capital cafeeiro para o investimento em propriedades urbanas esteve por detrás de boa parte da urbanização da cidade. A compra de terras para fruir alugueis, assim como a inversão em indústrias, foi uma das opções de diversificação de investimento dos



fazendeiros do início do século que faturavam alto em suas plantações, demarcando desde o início o matrimônio entre capitalismo e rentismo, tão típico da realidade brasileira².

Verdade que depois dos anos 30, quando cresceu a industrialização por substituição por importações, tudo ficou mais fácil: a indústria demandava trabalho e os trabalhadores, especialmente a mão de obra especializada, demandavam moradia, alimentando o mercado de terras e de alugueis. As construções urbanas também se tornaram uma fonte autônoma de acumulação de capitais, formou-se uma verdadeira indústria da construção civil que atraía e dava emprego, com salários baixos, a mão de obra migrante de outras regiões do país. Assim, ao mesmo tempo em que era urbanizado e embelezado o centro da cidade, iam se formando cinturões de populações em terras ocupadas e sem condições mínimas, já que os alugueis nas melhores zonas sempre excluía os trabalhadores não-especializados do centro.

No entanto, nos anos de alto crescimento econômico das décadas de 1930-1960, as tensões do presente podiam ser escamoteadas em nome de um futuro brilhante prometido pelas duas grandes utopias da modernidade, o liberalismo e o socialismo. O liberalismo prometia a riqueza e ascensão social e o socialismo a emancipação dos trabalhadores. As duas narrativas se projetavam num futurismo arquitetônico e nos arranjos políticos que aproximaram os comunistas à “burguesia nacional”. Talvez o melhor exemplo desta nossa versão tropical da aliança entre capital e trabalho sejam as fortes ligações do arquiteto comunista Vilanova Artigas com o capital imobiliário, reveladas pelo documentário sobre a sua vida³.

O golpe de 1964 desfez o pacto e as ilusões harmônicas dos anos 1950. O sonho do “Brasil moderno” deixou de se assemelhar ao desenho animado dos Jetsons e cada vez mais passou a se assemelhar com a distopia de Terry Gilliam, curiosamente chamada de “Brazil: o filme”. No urbanismo paulistano as vias arborizadas de Prestes Maia foram sobrepostas pelo imponente viaduto Costa e Silva, mais conhecido por Minhocão. E o centro vagarosamente foi se transformando neste lugar hostil, tão familiar a nós paulistanos. Do ponto de visto do capital imobiliário a desvalorização do centro não foi um problema, pois alguns anos depois os prefeitos biônicos da ditadura iriam presenteá-lo com a construção da Avenida Faria Lima que abriria uma zona de charcos e terrenos vazios para ser transformada no novo centro econômico e financeiro de São Paulo. Enquanto que o centro velho perdia população, construtores ganhavam dinheiro, montadoras vendiam carros, e as tensões de classe eram sufocadas por uma ditadura sanguinária, mas desenvolvimentista, que, durante os anos 70, dava mais gás aos sonhos da ascensão social. O desaparecimento do emprego rural, em função da modernização agrária dos anos de 1960-70 nem foi bem notado, as cidades em expansão podiam absorver parte dos trabalhadores na construção urbana.

No entanto, com a assim chamada crise da dívida externa, o baixo crescimento econômico e alta violência urbana tornaram-se os dois maiores legados da ditadura. Some-se a isto o esgotamento total das duas grandes utopias modernas: De um lado, o fracasso da experiência do socialismo real resultou numa completa capitulação simbólica da esquerda, o socialismo nunca entregou o que



prometeu, mas, a partir daí, os socialistas simplesmente desistiram de prometer. De outro lado o fracasso do liberalismo. Verdade que os liberais sempre entregaram alguma ascensão social, mas isto em troca do crescimento da desigualdade e da administração da “questão social” por meio de doses sistemáticas de violência policial, sacrificando o próprio princípio de liberdade nesta estranha combinação neoliberal de Estado forte com Estado mínimo.

O baixo crescimento, contudo, não tirou o gás da urbanização desordenada capitalista. É importante lembrar que Marx, quando escreveu sobre as crises do capitalismo, ressaltou que a sua dinâmica estava fortemente associada ao crescimento da composição orgânica do capital: à tendência para o aumento do nível de investimento necessário para se obter uma taxa de lucro. O investimento industrial, portanto, passou a necessitar de massas astronômicas de capital para obter algum retorno. Mas com o investimento na construção urbana tudo é mais fácil: qualquer tubarão imobiliário consegue juntar 1 milhão de reais para comprar algum brejo na periferia de Guarulhos, lotear os terrenos e esperar alguns beneficiamentos da prefeitura para faturar alto. Portanto, mesmo com as crises econômicas os imóveis podem continuar valorizando, pois os capitais podem migrar de algum outro setor para as terras e construções em busca de segurança e de um rendimento mínimo.

Por outro lado, a redemocratização a partir dos anos 80 produziu a crença entre as forças progressistas no Brasil de que pela política eleitoral “um outro mundo era possível”. Mais tarde, nos anos de crescimento econômico e inflação de expectativas políticas durante

o governo Lula até mesmo a administração neoliberal da questão social parecia viável. Foi o colapso da urbanização explicitado pelas manifestações de 2013, às vésperas da Copa do Mundo, que primeiro fraturou o arranjo político lulista. A crise econômica recente e a irrupção dos zumbis verde-amarelos na política terminaram de vez com o último revival da ilusão do Brasil Grande. Dormimos sonhando com os “Jetsons” e acordamos em meio a “Blade Runner”.

Em suma, a nostalgia é um sentimento falso, pois a dinâmica de especulação já estava ali nas grandes avenidas de Prestes Maia. O que se perdeu em algum momento da história foi uma certa fantasia modernista. Ressalte-se que esta perda não foi apenas por “culpa dos nossos governantes”, que bem deram uma forcinha para que isto acontecesse, mas principalmente porque pelo menos desde os anos 30 temos uma indústria imobiliária que ganha com esta dinâmica de destruição (desvalorização) das áreas velhas da cidade e construção (valorização) de novas áreas. Durante o século XX São Paulo teve um grande número de prefeitos engenheiros, mas quem sempre comandou a urbanização foi o capital.

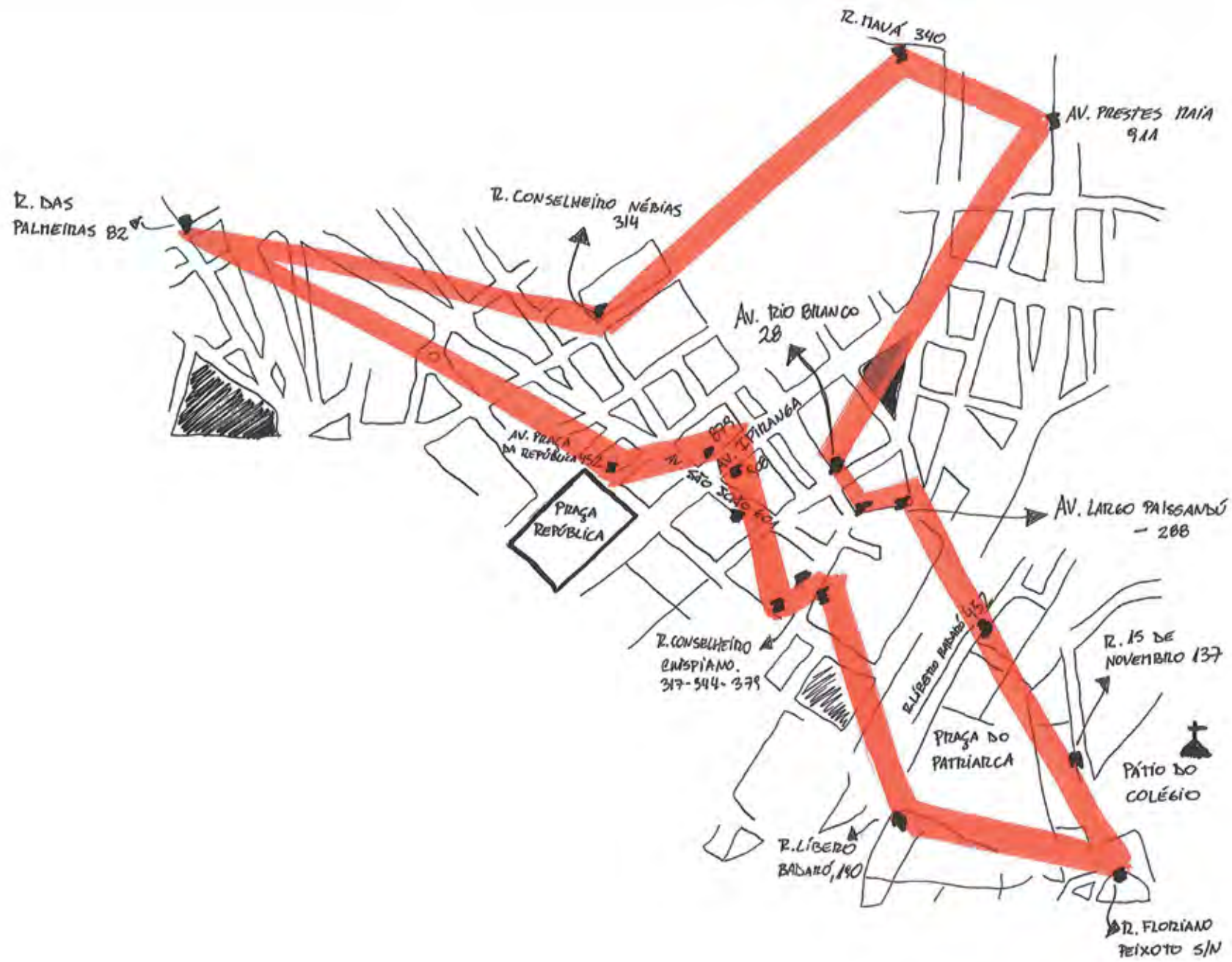
Vale notar que uma “restauração do centro”, como desejam alguns nostálgicos empreendedores hispsters, pode produzir um retorno da fronteira de especulação imobiliária ao centro, com todos os seus resultados gentrificadores. Do ponto de vista do capital, qual poderia ser melhor negócio do que comprar velhos treme-tremes a preço de banana, em pontos extremamente bem localizados, demolí-los e depois construir modernos edifícios com estúdios e porta-bicicletas?



Nesse contexto, as pixações e as ocupações urbanas claramente contestam a dinâmica do capital urbano. Não porque de fato impeçam esses processos, isso só seria possível se retirássemos do capital a gestão da cidade. Entretanto, ocupações e pixações disputam o urbano, criam dificuldades e impasses que de certo modo produzem uma espécie de “desencantamento” e uma “desestetização” do capital. Como construir o “estúdio dos seus sonhos” ao lado de um prédio ocupado e completamente pixado? Como manter uma galeria de arte em meio a tanta feiura, em meio a tantos conflitos sociais?

Em síntese, arrisco a dizer que, na primeira visada as imagens que constam neste livro, pelos carimbos de pichações e pelas marcas de serigrafia, “desestetizam” e “estragam” algumas belas fotos do centro e nos lembram que o mundo é um lugar feio. Esta sobreposição de camadas, contudo, não é mera performance pela rejeição ao “belo”, mas uma inversão de planos, trazendo a tona o conflito social e simbólico em torno do espaço. O resultado é o estranhamento e talvez a reflexão.

- 1 Marshall Berman. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras, 1982.
- 2 Sergio Silva. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.
- 3 *Vilanova Artigas: o arquiteto e a luz*. (direção Laura Artigas / Pedro Gorski), 2015.





SUMÁRIO

ICONOGRAFIAS TRANSITÓRIAS, <i>Vivian Castro Villarroel</i>	15
ANOTAÇÕES DE CAMPO, <i>Vivian Castro Villarroel</i>	33
CONTAGEM REGRESSIVA, <i>Wolfgang Lenk</i>	65
A CRISE DA "UTOPIA" MODERNA, <i>Maximiliano Menz</i>	83
MAPA DAS OCUPACOES FOTOGRAFADAS	87





VISTA DESDE O EDIFÍCIO MARTINELLI	3	EDIFÍCIO RUA PAMPLONA	46
VISTA DESDE O MINHOCÃO	5	EDIFÍCIO AQUARIUS	48
VISTA DESDE O VALE DO ANHANGABÁU	7	EDIFÍCIO OTHON PALACE	50
VISTA DESDE A PRAÇA SÃO VITO	8	EDIFÍCIO AMSTERDAM	52
EDIFÍCIO RUA FLORIANO PEIXOTO	10	EDIFÍCIO PRESTES MAIA	55
		EDIFÍCIO WILTON PAES DE ALMEIDA	56
		EDIFÍCIO SÃO LOURENÇO	58
		EDIFÍCIO RUA LÍBERO BADARÓ	62
EDIFÍCIO ADRIÁTICA	20	EDIFÍCIO RUA CONSELHEIRO CRISPIANO	68
EDIFÍCIO LORD	22	EDIFÍCIO SÃO MANUEL	70
EDIFÍCIO BASÍLIO JAFET	24	EDIFÍCIO AV. 7 DE ABRIL	73
EDIFÍCIO COLUMBIA PALACE	26		
EDIFÍCIO AV. LARGO DO PAISSANDÚ	28		
VISTA AO RIO TAMANDUATEÍ	30		
		EDIFÍCIO RUA MAUÁ	40-45
		EDIFÍCIO PÃO DE AÇUCAR	76-81





Vivian Javiera Castro Villarroel

Artista visual chilena. Vive e trabalha em São Paulo desde 2014. Possui graduação em Artes Visuais com ênfase em Fotografia pela Universidad de Chile. Atualmente é mestranda no programa Meios e Processos Audiovisuais na Universidade de São Paulo e é co-curadora do projeto artístico internacional *Continuum* desde 2010. Participou de estágios de pesquisa em Alemanha, na University of Fine Arts of Hamburg e em Portugal na Universidade Nova de Lisboa. Seu trabalho tem sido exposto no Chile (Museo de Arte Contemporáneo, Centro Cultural Estación Mapocho, Santiago; Museo de Arte Moderno, Ilha grande de Chiloé); Uruguai (Espacio de Arte Contemporáneo, Montevideú; Centro Cultural Kavlin, Punta Del Este) entre outros. Em Montevideú, foi professora de Fotografia e Arte Contemporânea na Universidad Católica del Uruguay e de Comunicação Visual na Universidad de la República.

vivianjaviera.carbonmade.com

Maximiliano Menz

Historiador. Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo e professor de História Moderna na Universidade Federal de São Paulo. É autor do livro *Entre Impérios: Formação do Rio Grande na Crise do Sistema Colonial Português (1777-1822)* e de diversos artigos sobre a história econômica do Império Português.

Wolfgang Lenk

Historiador. Doutor em História Econômica pela Unicamp e professor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Autor de *Guerra e Pacto Colonial: a Bahia contra o Brasil Holandês*, entre outros trabalhos.



Fotografias, serigrafias e projeto gráfico
Vivian Castro Villarroel

Texto
Wolfgang Lenk
Maximiliano Menz

Agradecimentos
Programa de Bolsas OEA - GCUB
Organização dos Estados Americanos
Universidade de São Paulo
Daniel Lage.
Advogado do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos,
Benedito Barbosa.
Liderança ocupação Mauá do MSTC, Nelson Cruz da Souza.
Liderança ocupação Rua Conselheiro Nébias do FLM, Lili.
Solange e Marialva da ocupação Vila Guilherme.
Fabiana da ocupação no Parque Vila Maria.



